

# ESTAR PERANTE AO ANTROPOCENO

## A busca por paisagens Pós-antropocênicas no Sul Global

*BEING FACED WITH THE ANTHROPOCENO:  
The search for Post-anthropocene landscapes  
in the Global South*

**Bárbara Pozza Scudeller<sup>1</sup>**

### Resumo

Os desastres ambientais e as mudanças climáticas soam como sinal de alerta. Elas nos alertam sobre os impactos que a humanidade pôde cunhar na história do planeta Terra. Estamos diante de um problema fundamental: não sabemos que futuro nos espera ou se haverá futuro para nós, humanos. Estar diante do Antropoceno, conhecido como a Era Humana, nos coloca diante de Gaia – esta força mitológica responsável por revisitar as escolhas dos seres vivos na Terra. O objetivo deste ensaio é aproximar as discussões teóricas sobre o Antropoceno com o campo da Arquitetura e do Urbanismo. Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema para tecermos relações entre a teoria e sua empiria. Movidos pelo viés propositivo de nossa profissão, como poderíamos pensar uma paisagem Pós-Antropoceno onde os seres humanos continuem existindo sob a Terra? Tentamos concluir este trabalho com alguma esperança. Se o fim deste mundo está próximo, precisamos criar outros mundos possíveis. Necessitamos de um novo paradigma civilizacional, que conflua rumo a circularidade ancestral.

Palavras-chave: Antropoceno, Pós-Antropoceno, Sul Global, paisagem, circularidade.

### Abstract

*Environmental disasters and climate change sound like a warning signal. They warn us about the impacts that humanity has been able to have on the history of planet Earth. We are faced with a fundamental problem: we do not know what future awaits us or if there will be a future for us humans. Being faced with the Anthropocene, known as the Human Era, places us before Gaia – this mythological force responsible for revisiting the choices of living beings on Earth. The objective of this essay is to bring theoretical discussions about the Anthropocene closer to the field of Architecture and Urbanism. To this end, we carried out a bibliographical review on the topic to weave relationships between the theory and its empirics. Driven by the propositional bias of our profession, how could we think of a Post-Anthropocene landscape where human beings continue to exist under the Earth? We try to complete this work with some hope. If the end of this world is near, we need to create other possible worlds. We need a new civilizational paradigm, which converges towards ancestral circularity.*

Keywords: Anthropocene, Post-Anthropocene, Global South, landscape, circularity.

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Integrante do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC). Possui experiência acadêmica em projeto urbano, teoria e história do urbanismo. Seu trabalho de pesquisa enfatiza temas sobre áreas urbanas centrais, consumo, segregação e cidades médias.

*Vivas, vivas, porque todas as vidas importam!*  
Antônio Bispo dos Santos

### Estar no antropoceno: o que presenciamos?

As discussões sobre o Antropoceno não são necessariamente novas, mas são emergentes. Ligamos a televisão, rolamos o *feed* das nossas redes sociais e somos assolados diariamente por más notícias sobre desastres humanitários e ambientais. Tal situação de colapso da humanidade não começou hoje e nem promete passar amanhã. Ela se constrói há séculos e sequer vislumbramos o seu fim. Aliás, conseguimos vislumbrar – a até aceitar – o fim do mundo, mas não conseguimos conceber o fim do sistema civilizacional que nos trouxe até aqui<sup>2</sup>.

O objetivo deste ensaio é, primeiramente, nos aproximar das discussões teóricas relativas ao Antropoceno. Isso porque as construções dos referenciais teóricos não partem do campo da arquitetura e urbanismo. Sobre ele, muito se discute na geografia, na engenharia ambiental, na antropologia, na arqueologia, na sociologia – mas com pouca profundidade pelos urbanistas. Posteriormente, buscaremos compreender como tais debates podem dialogar com nosso campo de atuação profissional através uma abordagem teórico-empírica. Perante aos desastres ambientais que assolam cidades, nos deparamos com um desafio: encontrar pistas para pensar um urbano pós-antropocênico onde a humanidade ainda possa se fazer presente.

As discussões sobre a fundação de uma nova Era Geológica – ou seria *Período*<sup>3</sup> Geológico? – começaram com as pesquisas de Eugene Stoermer, um ecólogo do século XX que dedicou as suas pesquisas às diatomáceas, uma espécie de alga presente em vários ambientes úmidos, como lâminas d'água, rochas, grãos de areia, sedimentos e até animais. Stoermer realizava suas pesquisas nos Grandes Lagos da América do Norte quando se deu conta de um detalhe crucial da pesquisa: onde quer que coletasse suas amostras, sempre estavam presentes nas algas estudadas algum organismo material de origem artificial produzido industrialmente (Marras; Taddei, 2022). Stoermer foi o primeiro pesquisador a cunhar o termo *Antropoceno* para fazer referência ao marco da atividade humana no planeta.

Mas o termo *Antropoceno* só se tornou conhecido a partir de maio do ano 2000, quando da publicação conjunta de Eugene Stoermer e Paul Crutzen na *Global Change Newsletter*, uma publicação do Programa Internacional Geoesfera-Biosfera. O termo começou a tomar espaço no campo acadêmico. Em 2009 foi fundado um Grupo de Trabalho do Antropoceno, presidido por Jan Zalasiewicz. Esse mesmo grupo, em maio 2019, ratificou as evidências que justificavam a adoção do Antropoceno como nova

<sup>2</sup> Este artigo foi ensaiado na monografia final entregue à disciplina *Arquitetura, Antropoceno e Cidade do Sul Global*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). A disciplina foi ministrada pelos docentes Julio Arroyo (UNL-Argentina) e Manoel Rodrigues Alves (USP-Brasil).

<sup>3</sup> Segundo participação do geólogo e geógrafo Marcos Bernardino de Carvalho na VII Jornada Científica do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC), é mais adequado abordarmos a nomenclatura do *Antropoceno* como um *período cronoestratigáfico*, e não como uma nova *era geológica*. Isso porque, as escalas cronoestratigáficas dividem a história da formação terrestre entre Éon, Era, Período e Época. Dentro desta escala, ainda estamos na Era Cenozoica, caracterizada pelo gradual desaparecimento das grandes glaciações e início do gradual aquecimento da temperatura terrestre, possibilitando o aparecimento da fauna e flora terrestre tal qual a conhecemos hoje. O Antropoceno, se aceito nesta escala, se localizaria como época geológica, antecedida pela época do Holoceno. As observações feitas pelo Prof. Marcos Bernardino podem ser acessadas pela transmissão realizada no Canal do YouTube do IAU-USP, disponível no link: [https://www.youtube.com/live/OwHi5c3Pc4w?si=PVK\\_w491gLV7a\\_H](https://www.youtube.com/live/OwHi5c3Pc4w?si=PVK_w491gLV7a_H), último acesso em 18 de novembro de 2023.

época geológica a partir da presença generalizada de partículas nucleares entre 1940 e 1950 (*ibidem*), período contextualizado pela Segunda Grande Guerra Mundial.

Stelio Marra e Renzo Taddei (2022) situam o Antropoceno como uma possível época geológica evidenciada por registros estratigráficos. Ou seja, pela maneira como as camadas de solo se formam pela deposição da matéria. As evidências que sustentam a adoção do termo defendem que a atividade industrial alterou irreversivelmente a composição química da atmosfera, seu padrão de radioatividade e os materiais que compõem toda a superfície do planeta. Tamanha magnitude humana no planeta Terra que o Grupo de Estudos do Antropoceno, liderado pelo Prof. Zalasiewicz, chegou à seguinte conclusão:

Em 2020, a quantidade de materiais artificiais presentes na superfície do planeta, em massa, ultrapassou a de toda a biosfera. Isso significa que há mais concreto, tijolos, asfalto, metais e agregados usados em construção civil do que tudo o que é vivo no planeta. A construção civil move mais sedimentos do que todas as bacias hidrográficas do mundo somadas. A quantidade de energia usada em atividades humanas atingiu a escala dos processos geológicos, como o movimento das placas tectônicas (Zalasiewicz *et. al.*, 2019, *apud* Marras, Taddei, 2022, p. 10).

Tal constatação causa em nós, profissionais da arquitetura e do urbanismo, uma grande preocupação – e até alguma culpa por nossa implícita responsabilidade perante a isso. Se a composição química da atmosfera terrestre é resultado direto das formas de organizações das sociedades humanas, nós somos responsáveis pelo atual colapso humano-social-ambiental. Cada vez é mais evidente a inseparabilidade das ações humanas e da composição química da atmosfera. Nós, seres humanos, conformamos a *paisagem* do mundo em que vivemos.

Mas a adoção expressa do termo *Antropoceno* tem gerado muitas críticas. Para Marras e Taddei (2022) o termo é evasivo em razão da sua ambiguidade imensa e do potencial polissêmico que carrega em si. Ao atribuir o prefixo *antropo* à hipótese de um período geológico essencialmente marcado pela presença humana, as ciências sociais se viram diretamente atingidas e reagiram. Se a ação humana é muito generalista, qual seria especificamente o processo desencadeador do desastre? Se a humanidade fez o mundo dar errado, em que ponto da história humana isso se iniciou? Os cientistas econômicos, sociais e ambientais, lançaram suas hipóteses. Jason Moore (2022) cunhou o termo “capitaloceno”, sugerindo que o sistema de exploração capitalista é o responsável para condição contemporânea.

Perante a multiplicidade de prefixos que nos deixa em dúvida sobre qual adotar, e perante a nossa responsabilidade acadêmica-científica de usar adequadamente termos e conceitos para definirmos processos, Marras e Taddei (2022) são duramente provocativos em afirmar:

Não nos ajuda, neste momento, um nome que nos dê a impressão de que entendemos o problema e com isso a percepção enganosa de que temos algum controle sobre a situação. O que a nomeação neste caso faz é pouco mais do que *apagar nossa ansiedade*. [...] O ponto não é definir quem, dentre as muitas humanidades que povoam o planeta, é exatamente responsável pelas catástrofes do presente e do futuro, mas desarticular o próprio conceito de humanidade, com tudo o que ele *performa* no mundo (p. 15, grifo nosso).



Difícil seguir após essa dura constatação. Ela nos coloca frente ao nosso esforço acadêmico em atribuir adequado peso e medida às palavras que usamos. Mas isso é uma armadilha criada pelo nosso próprio paradigma civilizacional de *ser e estar* mundo. Precisamos superar o ideal iluminista de estudar para conhecer, conhecer para dominar, dominar para controlar e, portanto, controlar para explorar. Presenciamos o consumo e a destruição de ecossistemas e sujeitos, em que paisagens, elementos, populações humanas e não humanas são reduzidas a objetos de exploração econômica.

#### Situar-se perante um regime de exploração: capitaloceno?

Como apontado no tópico anterior, Taddei e Marras (2022) nos chamam a atenção à ilusão de nos esforçarmos em conceituar este cenário. Convergindo a essa ideia, Jason Moore, em seu livro “Antropoceno ou Capitaloceno?”, lançado em 2022, tem um argumento semelhante. Moore (2022) argumenta ser esta uma mera *distração*, pois foca nas consequências e não nas causas desse apocalipse planetário. Discutir o Antropoceno virou um fenômeno cultural no qual todos quiseram participar deste jogo – desde geólogos a críticos literários. Mas a discussão fundamental versa sobre suas *motivações* e menos sobre suas *decorrências*.

Não estamos falando de uma crise ambiental comum. O nosso erro está em discutirmos a *pegada* da Humanidade sobre a Natureza, deixando para trás os motivos que nos trouxeram até aqui. Muita ênfase se dá às estritas mudanças geofísicas e suas causas próximas. A luta científica pela periodização do Antropoceno como período geológico na escala estratigráficas é o principal exemplo disso. Moore (*ibidem*) critica

Está no Antropoceno é estar diante de uma paisagem apocalíptica. Temos a assustadora sensação de presenciarmos o fim do mundo, já que os recursos elementares a nossa sobrevivência se esvaem a olhos claros. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.



O dualismo cartesiano Natureza-Humanidade nos levou a colonização de territórios e corpos. Mais do que um sistema econômico, a Era do Capital construiu uma nova lei de criação de paisagens. Em pleno século XXI, ainda presenciemos o saqueamento da Natureza Barata e a exploração do Trabalho Energia. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

a argumentação do presente como história, pois seu foco é meramente empírico sobre as consequências no planeta. Daí a sua defesa por outra terminologia: o *Capitaloceno*.

O erro dos defensores do Antropoceno está na demarcação histórica e empírica escolhida. Definem a Revolução Industrial e o uso do carvão como o início do desastre ambientalista, fixado a partir de 1800. Como se a compreensão deste processo fosse uma mera equação aritmética: atividade humana + mudanças biosféricas = Antropoceno (*ibidem*, p. 136). Contudo, o Capitaloceno, essa Era do Capital, não intenta a troca de uma palavra pela outra. Segundo Moore (*ibidem*), o argumento do Capitaloceno diz coisas que a perspectiva do Antropoceno não diz e nem é capaz de dizer.

O argumento dominante do Antropoceno, portanto, faz uma pergunta à qual é incapaz de responder: *como* humanos se tornaram uma *força geológica*? (Não éramos *já* uma força geológica?) Defensores do Antropoceno, é claro, respondem à pergunta. Mas são respostas, não explicações em qualquer sentido razoável. [...] Incapaz de explicar *como* o presente está se desdobrando, o argumento do Antropoceno é cativo das próprias estruturas de pensamento que criaram a presente crise (Moore, 2022, p. 137, grifos do autor).

O principal erro é insistir que a história do capitalismo é um paradigma entre capital-poder-natureza. Para Moore (*ibidem*), a chave de leitura para compreendermos o capitalismo deve ser totalmente outra: deve ser a Ecologia-Mundo, uma questão multiespécie. O autor defende que o capitalismo não é só um sistema econômico, mas busca mudar as *paisagens* do planeta para atender aos interesses da acumulação infinita de capital.

A chave para a alteração da *paisagem pré-capitalista* se iniciou no pensamento cartesiano de René Descartes. Fundador do Plano Cartesiano, esse filósofo e matemático francês uniu os pensamentos da álgebra e da geometria, fundando o atual sistema de coordenadas cartesianas. Mas esse pensamento foi além, e se aplicou filosoficamente a uma forma de ser e estar no mundo. Descartes, fundou um movimento científico e filosófico baseado na *dualidade*. Dualidade entre atividade mental e corporal, mente e natureza, humano e animal. A mente se tornou um ente hierarquicamente superior ao corpo. O corpo, desprovido de tal nível de erudição, sem qualquer capacidade de agenciar nada, se tornou um mecanismo vazio, desprovido de valor. Criou-se aí o regime de exclusão.

Qualquer hierarquia pressupõe a existência de um dominador e de um dominado. Um hierarquicamente superior ou inferior ao outro. Para Moore (*ibidem*), o capitalismo foi construído sobre a exclusão da espécie humana e da Humanidade. Se os humanos são apenas corpos, mecanismos vazios e sem valor, dominados pela mente, eles precisam ser controlados por alguém: a Humanidade. Povos indígenas, africanos escravizados, mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca eram vistos como parte da Natureza e não da Humanidade. Eram vistos hierarquicamente iguais às árvores, ao solo e aos rios, devendo ser tratados como tal. O Capitalismo foi o primeiro regime civilizacional a se organizar sobre a base do dualismo, se tornando senhores e possesores da Natureza.

Moore (2022) cunhou um termo muito interessante e útil para discutirmos o atual sistema de exploração: a *Natureza Barata*. A ascensão do capitalismo no século XVI baseou-se em uma lei fundamentalmente nova de *criação de ambientes, mudança de paisagens e exploração das naturezas*. Para o autor, a lei do capitalismo foi, na verdade, a lei da Natureza Barata empregada em um sentido específico. Os esforços dos impérios capitalistas e das ciências positivistas estavam voltados à apropriação barata – nem sempre gratuita – dos recursos naturais. Assim, todos os esforços científicos do período pretendiam conhecer a Natureza, para, então, dela se apropriarem e explorarem a favor da acumulação de capital.

A genialidade do capitalismo – desde as conquistas globais que começaram em 1492 – foi tratar o trabalho da natureza como um *presente gratuito*. Desde o início, os grandes impérios da Europa empregaram a ciência em seu sentido mais amplo – mapeando o mundo, coletando e organizando conhecimento biogeográfico, estabelecendo novas tecnologias administrativas – para fazer toda a natureza trabalhar a baixo custo. Essas foram conquistas que fizeram a pilhagem *trabalhar* para o capitalismo de uma maneira que ia além da força bruta e da dominação (Moore, 2022, p. 180, grifo do autor).

Essa citação de Moore (*ibidem*) destaca dois pontos-chave em seu texto: o marco temporal defendido por ele, a partir do século XV, e o tipo de força motriz do capitalismo, o Trabalho Energia. Ambos fundamentais para as transformações apocalípticas da paisagem, presenciadas por nós na Era Humana do Antropoceno. Segundo o autor, nos séculos posteriores à 1450, durante o final da Idade Média, ocorreu a maior revolução de paisagem da história humana. A inovação definidora do início do capitalismo foi a inversão da antiga forma de produtividade da terra.

Neste ato, é interessante notar a sincronicidade temporal entre o ressurgimento das cidades e o início do capitalismo. Maria Encarnação Sposito, em seu livro *Capital e Cidade*, publicado em 1988, reúne análises defensoras da tese de que o capitalismo surge na cidade. Historicamente, as cidades não foram fundadas por este sistema econômico-social-ambiental, mas foi exatamente em sua lógica de organização socio-

territorial que o capitalismo encontrou terreno próspero.

O ponto de virada para o abandono do sistema feudal foi a abertura do Mar Mediterrâneo ao livre comércio. Após a conquista territorial do Oriente Médio pelos países europeus, após duzentos anos da conhecida Guerra Santa, o livre comércio com o Oriente foi reestabelecido. Com a intensificação do comércio, houve o surgimento de uma nova classe social, a burguesia. Os burgueses, ao contrário dos servos, não empenhavam vínculo com a terra e se especializaram em criar riqueza a partir do capital acumulado. A burguesia vivia dos rendimentos do consumo, desconectando sua atividade laboral do cultivo da terra. (Sposito, 1988).

Antes das cidades capitalistas, o dinheiro tinha papel secundário (Sposito, 1988). Era apenas o equivalente geral facilitador das trocas comerciais, permitindo às partes interessadas na troca não se verem obrigadas a consumir as mercadorias da outra. Ao invés de trocar as mercadorias entre si, poderiam simplesmente adquirir dinheiro para trocas futuras. O comércio pós-capitalista mudou a finalidade destas trocas. O burguês comerciante comprava mercadorias e as revendia por uma quantidade de dinheiro sempre maior do que a original, modificando o objetivo da operação financeira. Ou seja, a mercadoria passou a existir enquanto *valor de troca*, em detrimento de seu intrínseco *valor de uso*. Esse ponto de virada alavancou o desenvolvimento tecnológico, a expansão de domínios territoriais e a exploração da Natureza Barata.

As Grandes Navegações permitiram a expansão territorial da dominação capitalista, porque encontrou nas suas colônias inesgotáveis recursos de Natureza Barata. Segundo Moore (2022), a exploração da Natureza se iniciou nos próprios países europeus, como o autor discorre longamente. Polônia, Alemanha, Irlanda, Holanda, são alguns exemplos. Quando a exploração da Natureza Barata se consolidou nestes territórios locais, a exploração foi expandida para outras áreas. A Europa Oriental, o Norte Africano, o Sudeste Asiático foram dominados pelos capitalistas sedentos de Natureza Barata. Neste contexto das Grandes Navegações exploratórias, o Continente Americano foi descoberto pelos portugueses e espanhóis, buscando novos espaços de domínio da Natureza.

A dominação dos territórios pela Humanidade almejava explorar a Natureza por um sistema de trabalho barato, ou até não-remunerado. Moore (*ibidem*) chamou esse regime de trabalho-exploração de *trabalho/energia*, ou *trabalho/energia potencial*, a inversão da relação *terra/trabalho*. Essa chave de leitura nos ajuda a repensar o capitalismo como um conjunto de relações por meio das quais a capacidade de executar trabalho – por humanos e não humanos – é transformada em valor e energia potencial para o ganho. Como o autor destaca, a força de trabalho foi *comodificada* pela lógica do dinheiro.

As colônias de exploração situadas na América e na África são a maior representação de saqueamento dessa Natureza Barata e desse Trabalho Energia Comodificado. Ainda que o sistema de extração de riquezas naturais e humanas tenha se iniciado dentro dos próprios países europeus, a criação das colônias dominadas pelas metrópoles europeias foi uma das mais bárbaras violências da história. Saquearam animais, rios, montanhas, árvores, solo e até outros seres humanos. Situar-se diante deste regime de exploração, radicalizado pelo dualismo cartesiano separatista – Natureza e Humanidade – só nos dirige a um caminho: a busca pelo decolonial como tentativa de reversão do Antropoceno/Capitaloceno.

## Posicionar-se no Sul Global: a busca pelo decolonial?

Situar-nos perante um regime de exploração capitalista, nos coloca perante um impasse: se compreendemos a nossa calamitosa situação no mundo, como podemos nos posicionar criticamente perante a ela? A busca pelo decolonial – ou contracolonial – nos sugere algumas pistas possíveis.

Segundo Boaventura de Souza Santos, em seu livro *Epistemologias do Sul*, publicado em 2009, traz a ideia do Sul Global, concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo e sua relação colonial com o mundo. Esta concepção epistêmica de Sul não se refere a um Sul Geográfico, por mais que tenha relações expressas com ele. Para Santos (2009), situa-se no Sul Global é pertencer a um conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo e que – por isso – não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte Global – como a Europa e a América do Norte.

Ou seja, situar-se no Sul Global é ter uma relação direta com um colonialismo de dominação criador de uma epistemologia dominante. O colonialismo, para além de todas as formas de dominação físicas pelas quais é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre o poder e o saber. Isso conduziu à supressão de muitas formas de conhecimento próprias dos povos e nações colonizados, relegando esses povos e seus saberes a um espaço de subalternidade (Santos, 2009).

A epistemologia hegemônica dominante pós-colonização conferiu à lógica científica a única forma de conhecimento válida. Segundo Santos (*ibidem*), a exclusividade deste conhecimento se validou por todo um aparato institucional: universidades, centros de investigação, sistemas de peritos, pareceres técnicos. A pretensão de um pensamento universal válido unicamente só foi possível através da força política, econômica e militar coloniais, que impuseram aos povos não ocidentais e não cristãos a sua forma de pensar. O autor sintetiza a supressão destes saberes como um *epistemicídio*.

Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. De fato, sob o pretexto da *missão colonizadora*, o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais. Com isso, desperdiçou-se muito experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (Santos, 2009, p. 10, grifos do autor).

Segundo o autor, o epistemicídio está fundamentado no que ele mesmo chama de *pensamento abissal*. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados divididos por esta linha: o universo *deste lado* da linha e o universo *do outro lado* da linha. O pensamento abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais divisórias da realidade social em dois universos. Do *outro lado* da linha, a divisão é tal que todo diferente se torna inexistente. Tudo aquilo produzido como inexistente é excluído, permanecendo exterior ao pensamento universal homogeneizante.

Pensar o decolonial é olhar para este *outro lado* da linha abissal, tentando retirá-la desta situação excludente, subalterna e invisível. A invisibilização dos conhecimentos de populares, leigos, camponeses, quilombolas e indígenas é desperdiçar uma vasta gama de experiências ancestrais, tal qual também subalterniza seus autores e sua

localização territorial. Segundo Santos (*ibidem*), esta localização territorial fixa é bem delimitada: é a zona colonial. Ainda que o colonialismo político já tenha se extinguido, “não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado. [...] O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber” (p. 12).

Mas Boaventura (*ibidem*) nos apresenta um posicionamento crítico capaz de derrubar esta linha abissal que nos divide: a Ecologia de Saberes. A Ecologia de Saberes corresponde a um pensamento pós-abissal derivado das Epistemologias do Sul. Se o colonialismo foi uma imposição de uma epistemologia dominante e homogênea, a Ecologia de Saberes defende toda forma de saber como válida. Tanto em termos de diferenças culturais quanto em termos de diferenças políticas, as experiências de ser e estar no mundo são constituídas por vários conhecimentos. Para o autor, enquanto a exclusão abissal persistir, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista. Precisamos aprender com o Sul usando as epistemologias do próprio Sul.

Em toda discussão apresentada por Boaventura de Souza Santos (2009), é possível dizer que sua maior contribuição foi legitimar a defesa da decolonialidade dentro do âmbito acadêmico-científico. O foco de seu pensamento está na validação das diversas epistemologias, das diversas formas de se pensar as ciências no mundo. Nesse sentido, a ciência moderna dominante precisaria ser tratada de forma igualitária as outras ciências, pois muito se enriqueceria ao estudar igualmente outros saberes.

Mas, em essência, o pensamento pós-abissal, visa atribuir credibilidade científica a conhecimentos ainda não científicos – sem descredibilizar a ciência moderna. Inclusive é curioso como o próprio autor se posiciona perante a linha invisível do pensamento abissal, se apresentando como *deste lado* da linha. A Ecologia de Saberes pretende explorar a pluralidade interna da ciência, mas sempre respeitando o “princípio da precaução” (Santos, 2009, p. 52).

A ecologia de saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações entre saberes, nas *hierarquias* que se geram entre eles, uma vez que *nenhuma prática concreta seria possível sem estas hierarquias*. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal, e abstrata entre os saberes, *a ecologia de saberes favorece hierarquias dependentes do contexto*, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber (*ibidem*, p. 51, grifo nosso).

Nesse sentido, a Ecologia de Saberes pode ser interpretada mais como uma epistemologia de análise de dados contra hegemônica, ainda longe de adotar uma prática decolonial. Ela se localiza ainda no campo da *exploração* de saberes que, ao serem conhecidos, estudados, testados e dominados, serão postos em hierarquias perante os saberes analisados. Ainda assim, as Epistemologias do Sul e as Ecologias de Saberes guardam resquícios da própria colonialidade tanto combatida por elas.

Precisamos fazer essa discussão avançar saindo do campo da epistemologia e adentrando ao campo prático, imediato, cotidiano. Extrapolando o decolonial em direção ao contracolonial. Para isso, Antônio Bispo dos Santos – pensador brasileiro, escritor, lavrador, quilombola afroconfluyente – nos mostra alguns caminhos.



Em seu livro *A terra dá, a terra quer*, publicado em 2023, esse autor explica o campo das práticas contracoloniais. Para Bispo<sup>4</sup> (2023), o sufixo *de* compreende a ideia de depressão, deterioração, decomposição. Ser decolonial, para ele, é apenas buscar a mitigação do colonialismo, a atenuação de seus reflexos no nosso dia a dia – mas ainda guardando dentro de si nuances da própria colonialidade. Traçando aqui um paralelo entre o pensamento contracolonial de Bispo (*ibidem*) e a Ecologia de Saberes de Santos (*ibidem*), ser decolonial ainda é estar *deste lado* da linha. Ser contracolonial é avançar para além do pensamento pós-abissal, ouvindo os viventes do *outro lado* da linha do seu próprio lugar de fala.

O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deterioração. Compreendo o sufixo “de” como isso: depressão, deterioração, decomposição. Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque a minha geração neta. Elas só são necessárias se fizerem isso, porque é isso o que é necessário fazer. E a nós, contracolonialistas, cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas (Bispo, 2023, local 38).

4 Tanto Boaventura de Souza Santos quanto Antônio Bispo dos Santos possuem o mesmo sobrenome. Com o objetivo de não conflitar ideias e referências, adotou-se o sobrenome “Santos” para se referir a Boaventura, e “Bispo” para se referir a Antônio Bispo. Essa escolha também se refletirá nas referências bibliográficas inseridas no final do ensaio.

Ser contracolonial é ser como o burro. É ser tão inteligente a ponto de não aceitar a imposição de outros modos de vida que não sejam os saberes originais da nossa essência. O burro é o maior representante dessa resistência colonialista. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

Para esse autor – tão ligado às práticas do campo, da mata, da roça –, colonizar é como adestrar um boi. “Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa” (Bispo, local 07). As práticas de adestramento são compatíveis às práticas de desterritorialização, imposição de novos modos de vida e novos nomes. Todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação. Isso é o colonialismo em sua essência de dominação e ocultamento dos saberes originais.

Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Nêgo Bispo, graças à notoriedade popular que ganhou no Brasil, foi criado no Quilombo Saco Curtume, no município de São João do Piauí. A cultura quilombola, assim como a cultura indígena, é intrinsecamente ligada à oralidade. Essa é a principal forma de transferência de saberes às novas gerações, através da contação de histórias. Em uma de suas oralidades<sup>5</sup>, Bispo faz uma analogia marcante: ser contracolonial é ser como o burro. O burro não é um animal ignorante, pelo contrário. Em sua teimosia, em não se deixar adestrar e, portanto, não se deixar colonizar, é o maior representante do contracolonial. O burro é depreciado pelos adestradores colonialistas, porque resiste a imposição de outros modos de vida contrários ao seu saber selvagem e ancestral.

Como posicionamento contracolonial, Bispo resiste ao apagamento das memórias característico dos processos de colonização. O autor usa a Guerra de Denominações como ferramenta de resistência. “Eu, por dominar a técnica de adestramento, logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, precisamos transformar as armas do inimigo em defesa [...]. Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também” (Bispo, local 07). A Guerra de Denominações contracoloniais consiste em contrariar as palavras coloniais para enfraquecê-las e resistir a desterritorialização dos saberes locais e ancestrais.

Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar pra ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Porque a palavra boa é *envolvimento*. Para enfraquecer o *desenvolvimento sustentável*, nós trouxemos a *biointeração*; para a *coincidência*, trouxemos a *confluência*; para o saber  *sintético*, o saber *orgânico*; para o transporte, a *transfluência*; para o *dinheiro* (ou a troca), o *compartilhamento*; para a *colonização*, a *contracolonização*... e assim por diante. [...] Vamos botar mais palavras dentro da língua portuguesa (Bispo, 2023, local 08 e 09).

Ser do Sul Global requer a tomada de uma posição: a de aceitarmos ou não estarmos *deste lado* da linha, o lado do pensamento cientificista e cosmofofóbico. Se a linha do pensamento abissal nos divide, a Ecologia de Saber, como o pensamento diverso pós-abissal tenta resistir a imposição de um saber único. Mas, para além do campo epistemológico, tão bem dominando pelos colonialistas, precisamos sair do campo das ideias e adotarmos ações práticas. Atitudes insurgentes contracoloniais, porque ser decolonial já não basta.

<sup>5</sup> Referência a palestra ministrada por Antônio Bispo dos Santos dentro da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos. A palestra tinha como título “Pensamento Selvagem e Contracolonização” e foi realizada no Auditório Sérgio Mascarenhas, localizado no Instituto de Física de São Carlos, no dia 21 de novembro de 2023, durante a escrita deste ensaio.



### **Emergir perante o fim deste mundo: um novo paradigma civilizacional?**

Presenciamos um colapso multiescalar. Viver perante a uma crise moral, política, sanitária, ecológica, humanitária, cultural, econômica e ambiental nos aproxima da ideia do *fim do mundo*. Como destacado por Moore (2022) cada vez há menos fontes potenciais de Naturezas Baratas. A exploração da Natureza – entendida como o oposto da Humanidade – levou à pilhagem dos nossos recursos naturais e humanos. Para esse ponto de vista, os corpos humanos e as paisagens naturais são incapazes de agenciamentos, se tornando mecanismos vazios e aptos à exploração. Mas estamos perante ao fim *do* mundo ou perante ao fim *deste* mundo?

Bruno Latour, em seu livro *Diante de Gaia*, com edição brasileira publicada em 2020, apresenta uma encruzilhada à humanidade: ou mantemos as condições que tornam a vida habitável para todos, ou então não merecemos continuar vivendo. Segundo o autor, essa é uma escolha que nos obriga a nos posicionarmos perante Gaia, popularmente conhecida como a deusa da mitologia grega, representante da imensa capacidade criadora das paisagens terrestres.

Gaia é a imagem de uma deusa mitológica responsável por trazer à tona as escolhas dos seres viventes na Terra. Ela é a figura que faz emergir as consequências de nossas escolhas. Por isso, a iminente necessidade de nos repositarmos diante de Gaia. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

Gaia não é a natureza virgem. Não é a deusa-mãe. Ela não é mãe de coisa nenhuma. Não é sequer um todo, um existente global. É simplesmente a *consequência das sucessivas invenções dos vivos* que acabaram transformando completamente as condições físico-químicas da terra geológica inicial. Hoje, cada elemento do solo, do ar, do mar e dos rios resulta, em grande medida, de modificações, criações e invenções de organismos vivos. Gaia são todos os seres vivos e as transformações materiais que eles submetem à geologia, desviando a energia do sol para benefício próprio. É nessa rede, nessas trajetórias de seres vivos, que alguns desses vivos – os vivos que somos, que se proclamam humanos, pessoas feitas de terra, de húmus, de lama e de cinzas – encontram-se irreversivelmente emaranhados (Latour, 2020, p. 06, grifo nosso).

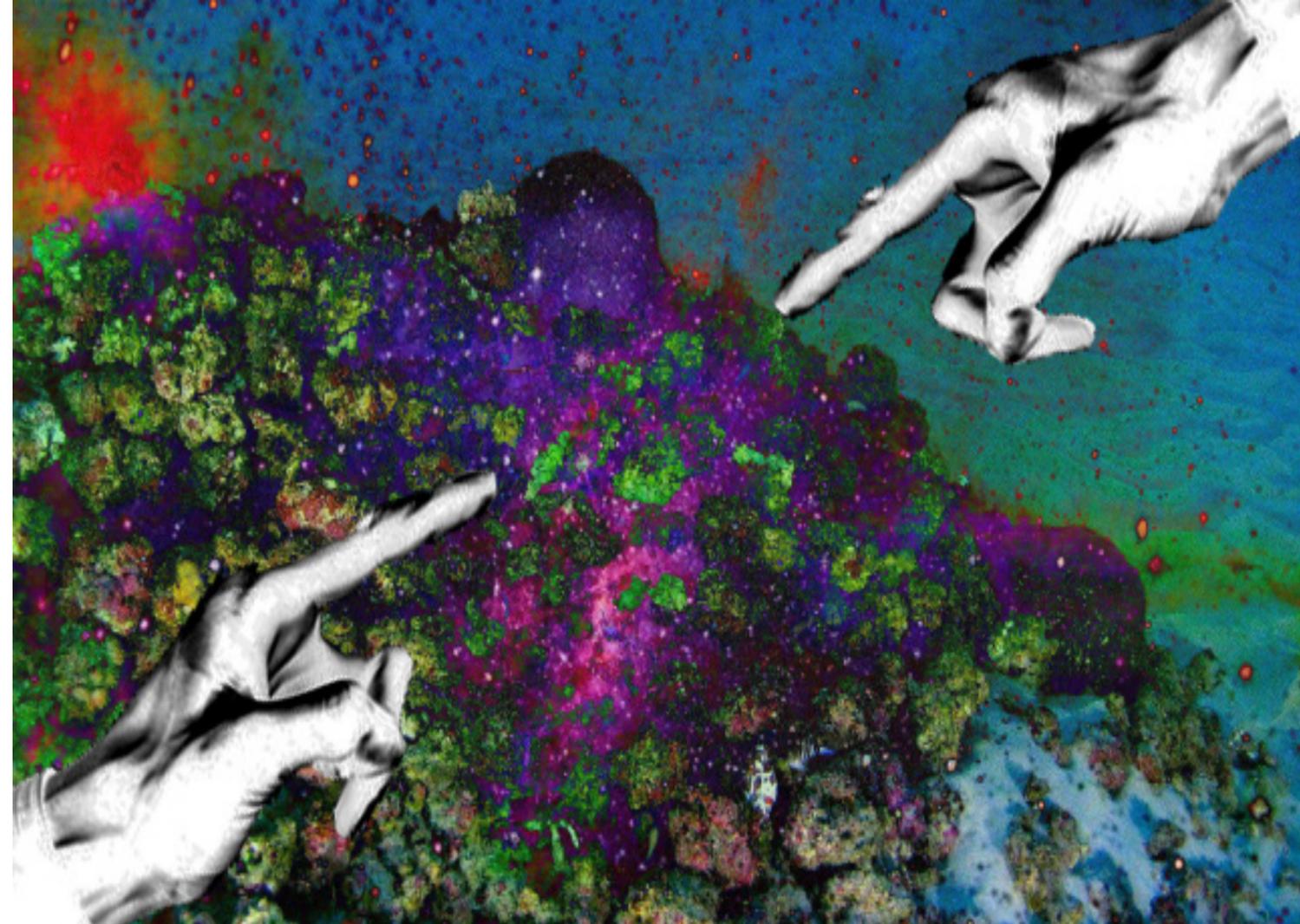
Apesar de ser mais fácil imaginar o fim do *mundo* do que o fim do *paradigma* civilizacional que nos trouxe até aqui, não podemos simplesmente nos render a ideia de um fim. Há saídas possíveis. O próprio Jason Moore (2022), tão fatalista perante o sistema capitalista de exploração vigente, ainda nos dá esperanças. “Acredito que possamos encontrar histórias mais esperançosas que narrem de que maneira alguns humanos refizeram o planeta e como a maioria dos humanos pode trabalhar com outras espécies” (p. 131).

Ailton Krenak<sup>6</sup>, intelectual brasileiro insurgente de origem indígena, é reconhecido internacionalmente pela defesa de ideias para adiar o fim do mundo. Mas neste ponto, o autor faz uma distinção importante. “Quando eu falo de adiar o fim do mundo, não é a este mundo em colapso que estou me referindo. Esse tem um esquema tão violento que eu queria mais é que ele desaparecesse à meia-noite de hoje e que amanhã a gente acordasse em um novo” (2022, local 22). Não podemos nos render à mera ideia de fim, precisamos urgentemente pensar alternativas que impliquem na insurgência de um novo paradigma civilizacional.

Segundo o autor (*ibidem*), criar um novo paradigma passa por repensar o papel das cidades. O atual papel capitalista desempenhado por elas reforça a dualidade cartesiana entre Natureza e Humanidade. Nesse paradigma, as cidades se opõem às florestas, por exemplo, vistas como ambientes “selvagens” e “sujos”. As cidades ainda são concebidas idealmente como ambientes protegidos de tudo aquilo que não for produto da Humanidade, ambientes civilizados e assépticos. Krenak responsabiliza às escolas formadoras de profissionais por perpetuarem a lógica de que a civilização é precisamente urbana e que assim deve continuar sendo. Então as cidades são construídas com seus muros – materiais e imaginários – para separar seus habitantes da floresta.

O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora – que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. Além disso, as metrópoles são um sorvedouro de energia. Ainda há quem tenha a pachorra de dizer que o Brasil é vanguarda na produção de energia limpa. Eu

<sup>6</sup> Em 05 de outubro de 2023, Ailton Krenak foi eleito novo membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Krenak é escritor brasileiro, filósofo e ativista indígena reconhecido internacionalmente. Uma das suas propostas para a ABL é incorporar as mais de 170 línguas originárias aos estudos linguísticos do Brasil, para além do português oficial. Matéria disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/krenak-eleito#>, último acesso em: 12 dez. 2023.



não sei que história é essa, se você botar um filtro de sangue nas hidroelétricas de Tucuruí, Balbina, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ele entope (Krenak, 2022, local 28).

Krenak coloca a nós, arquitetos e arquitetas urbanistas, uma provocação clara: como atravessar os muros das cidades? Se esse é o caminho que escolhemos seguir rumo à construção de um novo paradigma civilizacional? “Como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais?” (*ibidem*, local 34). Como de costume, Krenak tece suas críticas já nos guiando rumo à luz no fim do túnel.

Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corretozinho, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. As sinuosidades do corpo dos rios são insuportáveis para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, a maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reconverter o tecido urbano industrial [capitalista], trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (Krenak, 2022, local 34).

A vida reclama a fruição das *alianças afetivas*. Essa é a hipótese defendida por Krenak (*ibidem*) ao almejar a busca por futuros ancestrais. A ancestralidade não é coisa do passado, ela está viva, em nós, e é coisa do presente. Ela precisa ser nutrida todos os dias através do ensino de saberes originários, passados afetivamente de geração

Insurgir perante ao fim deste mundo passa pela criação de um novo paradigma civilizacional. Duas possibilidades complementares insurgem, como as alianças afetivas e as confluências. Ambas reconhecem a necessidade de preservação da diversidade presente na ancestralidade dos povos originários. Ilustração: Bárbara Scudeller, arquivo pessoal, elaboração própria, 2023.

em geração. Os humanos são diversos e as alianças afetivas não pretendem igualar as existências, tal qual foi feita com a colonização das Naturezas Baratas e a criação de uma única Humanidade. As alianças afetivas pressupõem afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece a intrínseca alteridade de cada pessoa, em cada ser, e introduz a desigualdade radical como a essência da prática.

Antônio Bispo dos Santos (2023) vai adiante em sua proposta e complementa a ideia inicial de Krenak (2022). Nêgo Bispo, como é conhecido em sua comunidade quilombola, defende a *confluência*. Ao contrário da lógica homogeneizante, as confluências evocam um contexto de mundos diversos coexistindo e se afetando uns aos outros em harmonia. Para exemplificar a lógica da confluência, Nêgo cita a forma como os quilombos no Brasil foram fundados. Eles são fruto de uma confluência de saberes entre os conhecimentos trazidos pelos povos africanos e os saberes dos povos indígenas, que generosamente confluíram e ensinaram sobre as especificidades da fauna e da flora brasileira. Eis que os quilombolas se tornaram afroconfluentes porque confluíram – sem conflitar – com os saberes ancestrais indígenas.

Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade ainda me segura! Ando me sentido no colo da ancestralidade (Bispo, 2023, local 09 e 10, grifo do autor).

Bispo entende como *ancestralidade* a própria *circularidade*. Para ele, “somos da circularidade: começo, meio, começo” (local 71). Para o autor, a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio, e a geração neta é de novo o começo. O futuro se conecta ao passado porque ambos representam o começo de tudo, da circularidade orgânica do mundo. Assim, o futuro está na ancestralidade. A ideia de *confluência*, de Bispo (2023), e a ideia *futuro ancestral*, de Krenak (2022) confluem e rendem. Elas nos mostram que a alternativa para pensarmos o fim *deste* mundo e a construção de *novos* mundos passa pelo resgate dos saberes antigos. A construção de um novo paradigma civilizacional implica em voltarmos a nossa geração avó e neta, à circularidade.

### **Pistas para paisagens pós-antropocênias: começo-meio-começo**

Não é possível apresentarmos soluções simplistas a problemas complexos. A dimensão do colapso social-ambiental-econômico-cultural, popularmente nomeado como a Era do Antropoceno, toca especialmente arquitetos e urbanistas. Mesmo que toda essa reflexão teórica não tenha propriamente surgido dentro de nosso campo profissional, é através dele que podemos lançar diretrizes para a construção de paisagens pós-antropocênias.

Como lembrado por Marras e Taddei (2022), a construção civil move mais sedimentos, em massa, do que todas as bacias hidrográficas juntas. E a quantidade de energia utilizada em atividades humanas hoje atingiu a escala dos processos geológicos. Mais do que uma *pegada humana*, não foi a mera existência da humanidade sobre a Terra que nos trouxe até aqui. O Antropoceno faz referência a um modelo civilizacional de

exploração dos recursos naturais em prol da acumulação infinita do capital.

Moore (2022) melhor nomeia esta era de exploração como Capitaloceno. O autor nos lembra, e com razão, que a ação humana sobre os recursos naturais é muito generalista e não serve para identificar as causas do paradigma civilizacional vigente. Moore (*ibidem*) defende a hipótese de um marco temporal claro da origem deste processo. No século XV e a partir do iluminismo, o avanço da ciência buscava estudar para conhecer, conhecer para dominar e dominar para explorar. Intelectuais da época decidiram separar a Natureza da Humanidade. A partir deste dualismo cartesiano, se estabeleceu a hierarquia de superioridade da mente sobre o corpo. O saqueamento de pessoas, animais, solos e florestas foi a força criadora desta paisagem terrestre colapsada.

Arquitetos e urbanistas são instigados pelo viés propositivo de suas profissões. Presenciar um mundo colapsado nos coloca diante de Gaia (Latour, 2020). Como propor paisagens onde a presença dos seres humanos sob a Terra ainda seja aceita por ela? Afinal, o mundo não precisará de nós para continuar existindo. Porém, compreender as forças que engendram nosso paradigma civilizacional também nos dá esperanças para nele colocar fim.

Krenak (2022) propõe uma lógica de produção de paisagens ancestrais. Definitivamente, o crescimento de novas cidades deve estacionar, pois como hoje a construímos ainda se baseia na exploração inferiorizante dos recursos naturais. E ele nos provoca: não devemos adiar o fim do mundo, devemos lutar pelo fim *desde* mundo, lutarmos pela construção de outras paisagens através dos paradigmas de nossas ancestralidades. A humanidade não é urbana, ela não se originou no urbano, mesmo que nele se faça presente.

A exploração de paisagens nem sempre foi a lógica de formação das cidades. Como lembra Sposito (1988), o capitalismo é essencialmente urbano. Ele encontrou nas cidades uma organização social profícua a sua expansão e acumulação infinita do capital. Se antes o dinheiro era usado como simples facilitador das trocas comerciais, focado no valor de uso dos produtos cultivados, a figura do burguês surge como profissional desvinculado do cultivo da terra e especializado na exploração da mais-valia das mercadorias. A partir do mercantilismo, a subsistência humana se desvinculou da sua relação com a terra.

Então, Bispo (2023) nos lembrar sobre a circularidade da terra, apagada pela linearidade do pensamento colonizador. O maior símbolo das atrocidades do regime de exploração das Naturezas Baratas foi a criação das colônias na América e na África. Ainda que a era colonial seja uma página virada nos livros de história, a sua existência velada continua entre nós. Por isso, Bispo defende algo muito além do posposto pelos europeus decoloniais. A ousadia de Bispo, aterrada em sua ancestralidade, nos apresenta o *contracolonial*. A circularidade das culturas ancestrais se pauta na chave *começo-meio-começo*.

Enquanto profissionais da arquitetura e do urbanismo, a ideia de retomada do passado como possibilidade de futuro nos dá algumas pistas. O futuro ancestral retoma a cultura dos povos originários de cada região. Por isso, não teremos um futuro único ou uma paisagem hegemônica para as cidades. Haverá, sim, diretrizes fundamentais para elas. Como a coexistência harmônica dos seres vivos – sem hierarquia, sem exploração. Krenak (*ibidem*) delata a heresia da separatividade criada pelo cartesianismo, que separou a cidade da natureza. Para ilustrar a crítica, o autor se remete à presença dos rios. Os antigos assentamentos urbanos eram atraídos por eles. Esta entidade era o caminho para se locomover, força motriz para se movimentar e alimento para cultivar.

As paisagens urbanas hoje têm vergonha do leito de seus rios. Fazem de tudo para retificá-lo, canalizá-lo, tamponá-lo, escondê-lo. Então, concretam os rios e constroem muros – físicos ou simbólicos – para separar a cidade da natureza, pois esta é vista como suja, bárbara, selvagem, primitiva. Krenak (2022) rememora o quanto as cidades da Índia são vistas como promíscuas simplesmente por terem vacas circulando entre os carros e gente se banhando nos rios.

Em meio ao caos e à desesperança gerada pelo Antropoceno, difícil seria para nós, arquitetos e urbanistas, lançarmos mão de soluções simples, rápidas e práticas para dar uma pretensiosa sensação de ter resolvido o problema. Se pensar um futuro possível para os seres humanos sob a Terra é retomar a circularidade dos começos, há vários futuros possíveis. As esperanças paisagens do Pós-Antropoceno não são únicas, são diversas. Também não são hierárquicas, são unas. E assim o são porque cada povoado possuiu sua própria ancestralidade, seu próprio começo, sua própria circularidade de saber-fazer-saber. Como prenuncia Krenak (2022), a natureza não está aqui para nos servir, estamos aqui para com ela nos relacionar, *confluir*.

Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades. (*Ibidem*, local 36)

### Agradecimentos

Este ensaio foi escrito e pensado através do projeto de doutorado financiado pela Fundação do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2022/04317-8, sobre a qual manifestamos aqui nossos sinceros agradecimentos.

*Este ensaio crítico foi escrito sob a memória de Antônio Bispo do Santos, conhecido carinhosamente como Négo Bispo. Tive o prazer de conhecê-lo e ouvi-lo pessoalmente no dia 21 de novembro de 2023, em São Carlos. Exatos 12 dias depois, Négo faleceu. Ou “encantou-se”, como gostava de se referir à passagem para a ancestralidade. Que seu pensamento contracolonial continue inspirando a geração neta rumo a um novo paradigma civilizacional. Como começava e terminava suas falas em público: “Vivas, vivas, porque todas as vidas importam!”.*

### Referências

BISPO, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOURE, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020.

MARRAS, Stelio.; TADDEI, Renzo. (Org.). *O antropoceno: sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2022.

MOORE, Jason. *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. [s.l.] Elefante, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.